

Furtado não acredita que credores exigem a aprovação do 2.045

por Jane Filipon
de Porto Alegre

O ex-ministro do governo João Goulart, professor Celso Furtado, disse sexta-feira, em Porto Alegre, não acreditar que os credores internacionais estejam exigindo a aprovação do decreto salarial 2.045 como condição indispensável para continuarem emprestando dinheiro ao Brasil.

Para ele, há de parte da comunidade financeira e dos governos dos países credores "muita desinformação sobre a real situação do País". Furtado acha que as recentes declarações do secretário do Tesouro Americano, Donald Regan, provam que ele não recebeu informações certas nem completas.

"Aos próprios banqueiros internacionais não interessa nem mesmo uma interrupção do processo de redemocratização do Brasil, mas está faltando uma visão mais global dos problemas brasileiros, porque um grupo muito reduzido de pessoas concentra todas as informações."

Furtado defendeu, durante reunião da Associação dos Jornalistas de Economia do Rio Grande do Sul, uma mudança na equipe de negociadores da dívida externa brasileira. Na sua opinião, se o Ministério das Relações Exteriores tivesse assumido a renegociação, "muita coisa teria sido evitada, porque os atuais negociantes não possuem uma visão da complexidade do problema brasileiros". A entrega da renegociação da dívida externa ao Fundo Monetário Internacional, de forma mais direta e com isso a exclusão dos representantes brasileiro, Furtado classifica como "uma versão mais jornalística". Ele admitiu, no entanto, que a perda de credibilidade do governo brasileiro é tal que talvez a explicação do plano de ajuste da economia brasileira, pelo FMI, tivesse melhor aceitação pelos credores.



Celso Furtado

O ex-ministro do Planejamento acha que o Brasil não pode mais continuar sem a declaração expressa da moratória. "Os banqueiros já receberam um terço dos juros, o percentual inclusive a que aspiram numa negociação como a feita com o Brasil."

Quanto à moratória interna, a decisão é política, e o Congresso terá de debater.

Qualquer mudança na ordem econômica mundial (um novo Breton Woods) somente ocorrerá com a união dos países, fora os Estados Unidos.

"Se formos esperar que os Estados Unidos convoquem os países para mudanças, nada será alterado, pois hoje eles sabem que não têm o mesmo poder do passado."

A pergunta de se o presidente João Figueiredo tem dificuldades para solucionar problemas políticos foi respondida por Furtado dentro de um contexto mais amplo: "Eu não quero julgar o presidente Figueiredo. Mas, por estar desinformado, falta-lhe condições para manipular uma situação tão complexa". Furtado admitiu também que as reservas negativas são muito mais assunto de segurança nacional do que o Decreto-lei 2.045.